

Motivação dos funcionários ajudou no novo mapa judiciário

DB-Carlos Jorge Monteiro

●●● A motivação de funcionários e juizes tem sido um grande contributo para colocar em prática a reforma do mapa judiciário, disse ontem a juíza, presidente da Comarca de Coimbra. Isabel Namora falava durante um seminário sobre “O impacto da reforma do mapa judiciário na Comarca de Coimbra”, organizado ontem à tarde pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.

Explicando o funcionamento do novo desenho da comarca, incluindo 17 municípios, com uma nova instância central, nove secções, e três instâncias locais, Isabel Namora reconheceu que, cerca de 16 meses depois da entrada em vigor do mapa judiciário “ainda há muita coisa que não sei e não tenho a certeza” sobre o funcionamento. De uma coisa parece não ter dúvida: relativamente à falta de recursos humanos, a situação tem vindo a ser atenuada com a possibilidade de fazer afetação de funcionários, mas sempre de acordo com a sua vida pessoal.

Por outro lado, esclareceu que têm decorrido obras em edifícios, como em



Isabel Namora, Luís Matias e Amaro Jorge consideraram que ainda é cedo para fazer um balanço completo

Tábua e Arganil, que melhoraram as condições de funcionamento, garantindo para breve a plataforma elevatória prometida para resolver as dificuldades de acesso ao Tribunal de Trabalho, em Coimbra. Acrescentou ainda o “sucesso” que foi a possibilidade de utilizar “mão-de-obra prisional” para obras no Palácio da Justiça.

A presidente da Comarca de Coimbra reconheceu que há dificuldades inerentes à extensa área territorial, com consequências nos custos e tempo inerentes às deslocações,

mas nesse caso defendeu a implementação cada vez mais frequente das videoconferências e a total digitalização dos processos.

Reforma “deu grande asneira”, diz advogado

Amaro Jorge, presidente do Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados, foi menos brando na análise ao novo funcionamento dos tribunais, considerando que “a reforma do mapa judiciário não teve em conta as dificuldades das comarcas do interior e, por isso, deu grande asneira, como não

podia deixar de ser”. Considerou que “uma das coisas horríveis” foi terem passado a existir denominações como “secções” e “instâncias”, onde antes as pessoas reconheciam a autoridade do tribunal, “o que levar os cidadãos a perderem o respeito pela instituição”, concluiu.

Também presente esteve Luís Matias, presidente da Câmara Municipal de Penela, que lamentou o encerramento do tribunal no seu município, sem sequer se manter em funcionamento uma secção de proximidade. | **António Rosado**